

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.768 - PR (2020/0021030-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : ELIANE CRISTINA ROSSI CHEVALIER - PR014018
AGRAVADO : CONCORDE ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE CURITIBA contra decisão que inadmitiu recurso especial, o qual desafia acórdão que reconheceu a prescrição da pretensão executiva fiscal, nos termos do art. 174 do CTN.

No apelo nobre (e-STJ fls. 98/111), o recorrente apontou violação do art. 174, parágrafo único, I, do CTN e dos arts. 8º, § 2º, e 25 da LEF. Sustentou, em resumo, a não ocorrência da prescrição. Para tanto, alegou que: *(a)* o despacho que ordenou a citação interrompeu a prescrição; *(b)* a execução fiscal foi ajuizada dentro do lustro legal, e a demora para a realização da citação decorreu de culpa da máquina judiciária, sendo o caso de aplicação da Súmula 106 do STJ; *(c)* não foi pessoalmente intimado para andamento ao feito executivo.

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 115).

O Tribunal de origem obstou o recurso especial por entender aplicável a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 118/125); fundamentação com a qual não concorda o agravante (e-STJ fls. 131/149).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 152).

Passo a decidir.

O recurso especial obstado se origina de execução fiscal ajuizada pelo recorrente, que veio a ser extinta pelo juízo de primeiro grau, em face da prescrição.

Em sede de apelação, o TJ/PR manteve a sentença, com a seguinte fundamentação:

A execução fiscal foi ajuizada em 08/01/2004(fl. 03). Determinada a citação em janeiro de 2004, no dia 26/02/2004 o Sr. Oficial de Justiça certificou ter deixado de citar a executada (fl. 06). Em maio do mesmo ano o Município requereu a extinção da execução com relação aos créditos do ano de 2001 (fl. 12).

Em fevereiro de 2005, o Município requereu a suspensão do feito (fl. 15) e o processo permaneceu paralisado até 2016, quando o exequente retornou nos autos e requereu a citação da parte, via AR (fl. 18).

Conforme se pode constatar, a culpa pela demora de mais de 5 (cinco) anos do ajuizamento da ação para a citação da parte, que não ocorreu, não pode ser imputada exclusivamente ao Poder Judiciário, para justificar a aplicação da Súmula 106 do STJ.

As determinações legais foram cumpridas pelo juízo de origem, não podendo responder sozinho pela demora no andamento do processo.

Em que pese tenha havido demora do Poder Judiciário, deveria o exequente ter tomado providências para que a citação ocorresse dentro do prazo. Veja que o processo permaneceu paralisado por anos, evidenciando o total desinteresse do exequente no feito.

[...]

Cabe observar ainda, que apesar do exequente possuir algumas benesses, como por exemplo a intimação pessoal determinada pelo artigo 25 da LEF, isso não lhe retira o dever de promover as diligências necessárias para o andamento do processo, e isso independentemente de intimação, sobretudo em casos como o dos autos. O princípio do impulso oficial não é absoluto.

[...]

Por fim, a culpa não podendo ser imputada somente aos mecanismos do Judiciário, inaplicável o artigo 219, § 1º do CPC, que como é sabido, se interpreta junto com o § 2º, ou seja, se por culpa do Fisco o executado não é citado no prazo de 10 (dez) dias, não pode ocorrer a retroação prevista no § 1º.

Pois bem.

Do que se observa, o presente recurso encontra óbice na Súmula 83 do STJ, uma vez que o posicionamento consignado no acórdão recorrido coincide com a orientação jurisprudencial desta Corte Superior.

Isso porque, por ocasião do julgamento REsp 1.120.295/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, a Primeira Seção firmou a tese de que o art. 219, § 1º, do CPC/1973 também é aplicado às execuções fiscais, de modo que o marco interruptivo previsto no art. 174, parágrafo único, I, do CTN – citação ou despacho que a ordena exarado já na vigência da LC 118/2005 – retroage à data da propositura da ação, **quando a demora para a realização da citação não pode ser atribuída à exequente.**

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 106/STJ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DISSOLUÇÃO IRREGULAR. REDIRECIONAMENTO AOS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. SÚMULA 435/STJ.

1. Em recurso especial representativo da controvérsia, o REsp 1.120.295/SP, decidiu o Superior Tribunal de Justiça que iniciado o prazo prescricional com a constituição do crédito tributário, o termo *ad quem* se dá com a propositura da execução fiscal. Outrossim, a interrupção da prescrição pela citação válida, na redação original do art. 174, I, do CTN, ou pelo despacho que a ordena, conforme a modificação introduzida pela Lei Complementar 118/05, retroage à data do ajuizamento, em razão do que determina o art. 219, § 1º, do CPC, quando a demora na citação não for atribuída ao Fisco.

2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no tocante à aplicação da Súmula 106/STJ, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.566.030/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 02/02/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. SÚMULA 106/STJ. INÉRCIA DO FISCO. SÚMULA 7 DO STJ. ORIENTAÇÃO. CONSONÂNCIA. RECURSO REPETITIVO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.120.295/SP, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC, firmou o entendimento de que, na cobrança judicial do crédito tributário, a interrupção do lustro prescricional operada pela citação válida (redação original do CTN) ou pelo despacho que a ordena (redação do CTN dada pela LC 118/2005) sempre retroage à data da propositura da ação (art. 219. § 1o., do CPC c/c o art. 174 do CTN).

2. Também não merece seguimento o presente recurso quanto à alegação de ausência de inércia do Poder Judiciário em efetuar a citação do devedor, pois esta análise demanda, necessariamente, reexame do contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado ao STJ, em Recurso Especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

[...] (AgRg no REsp 1.460.275/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/09/2014, DJe 26/09/2014).

No caso dos autos, todavia, o Tribunal *a quo* assentou estar caracterizada a inércia da exequente na promoção dos atos necessários à citação do devedor.

Nesse contexto, tem-se que a verificação quanto à responsabilidade por eventual paralisação do processo, para fins de aplicação ou de afastamento da Súmula 106 do STJ, por demandar reexame de matéria fático-probatória, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. A propósito, *vide*: REsp 1.102.431/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 1º/02/2010, também julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC/1973.

Acresço, por oportuno, que o apontado art. 25 da LEF não tem comando normativo apto a modificar o acórdão recorrido, pois, como visto, sua razão de decidir não diz respeito à necessidade de intimação pessoal da Fazenda Pública, mas à desídia da exequente no processo. Incide no ponto as Súmulas 282 e 284 do STF.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator